

Entre os ensaios biográficos reunidos em “Mecanismos internos”, de J. M. Coetzee (Companhia das Letras, tradução de Sergio Flaksman), um deles — o de número 15 — me serve como guia para a leitura de todos os outros. “William Faulkner e seus biógrafos”, se chama. É como biógrafo, e não como um ficcionista, que Coetzee escreve seus ensaios. Mas, ao falar de Faulkner e da luta inglória dos biógrafos para capturá-lo, fala, também, de si mesmo e de como deles se esquivava.

Faulkner é um problema para os biógrafos. A relação que estabelecem com ele repete a estrutura de “Palmeiras selvagens”, romance que publicou em 1927, composto por duas narrativas paralelas que jamais se cruzam. Na primeira delas, um casal foge de tudo para viver um amor exclusivo. Na segunda, um presidiário idoso conquista a liberdade para ajudar em um resgate. Assim também, de um lado se desenrolou a vida real de William Faulkner. De outro, seus biógrafos produzem narrativas que se esforçam para narrá-la. Os dois lados nunca se tocam.

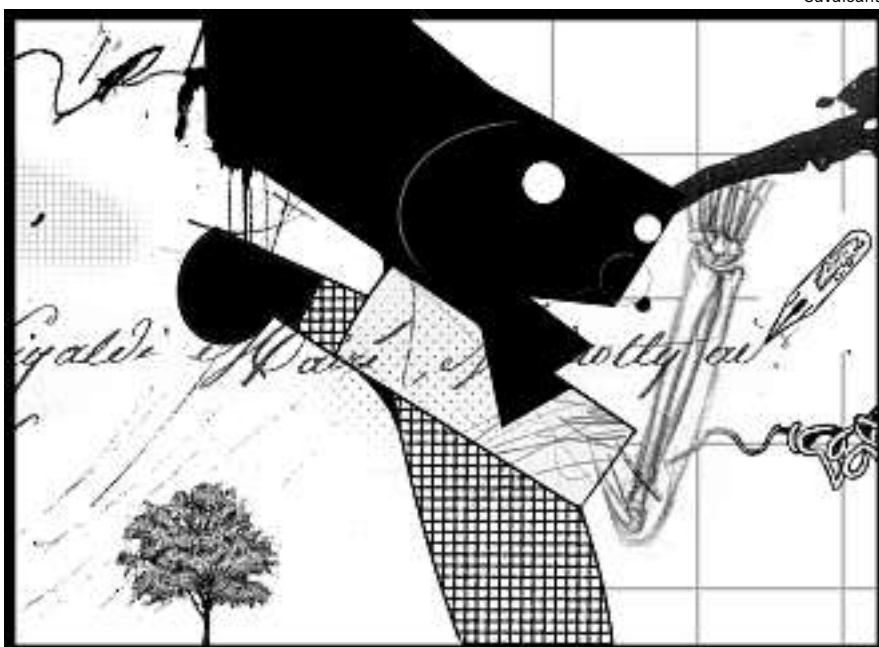
Coetzee cita o caso do biógrafo Jay Parini, para quem as bebedeiras do Faulkner seriam, de algum modo, úteis, abrindo “um tempo de descanso para a mente criadora”. Reage, com firmeza, ao elo entre alcoolismo e criação: “É da natureza dos vícios serem incompreensíveis para quem os vê de fora”. Acredita Coetzee que nenhum biógrafo conseguiu explicar o alcoolismo de Faulkner e que todas as hipóteses por eles oferecidas não passam de “um empreendimento equivocado”.

Ocorre que não é só um vício (o alcoolismo) que é inexplicável. Uma vida, qualquer vida, é inexplicável também, mas essa impossibilidade, em vez de abater os biógrafos, os estimula. Coetzee critica, com razão, aqueles pesquisadores que, submissos à teoria psicanalítica, fizeram de suas biografias instrumentos banais de interpretação. Fredrick Karl, por exemplo, chega a afirmar que, se o álcool fosse removido da vida de Faulkner, “é muito provável que o escritor não existisse”. Ainda mais exagerado, Jay Parini reduz um romance fabuloso como “Enquanto agonizo” a “um ato simbólico de agressão de Faulkner contra a própria mãe”. Coetzee não esconde sua fúria quando Fredrick Karl conclui que a caligrafia impecável de Faulkner é “um indicio de uma personalidade anal”.

JOSÉ CASTELLO



Cavalcante



A ética do biógrafo

Crítica, com razão, a “boa dose de questionável psicologismo” que alimenta muitas biografias. Prefere, por exemplo, os momentos em que Parini abandona os aparatos teóricos e simplesmente lê Faulkner, nele encontrando um escritor de energia inesgotável, que “progredia como um boi avançando pela lama, puxando todo um mundo atrás de si”. William Faulkner é, provavelmente, o mais opaco narrador norte-americano do século XX. Na análise de sua obra, o recurso dos paralelos sempre fracassa. Isso não significa dizer que sua vida e sua obra sejam intocáveis, nem que Faulkner tivesse razão quando, defendendo sua solidão, sugeriu para si mesmo um epitáfio lacônico: “produziu seus livros e morreu”.

Os ensaios de J. M. Coetzee reunidos em “Mecanismos interiores” não

se submetem às regras da biografia clássica. Ainda assim, lidam, todo o tempo, com materiais biográficos. Tanto é possível tirar um bom proveito da perspectiva biográfica que seu esforço resultou em um livro inspirador. Gênero fronteiro entre o ensaio, a história e a ficção, a biografia se define, antes de tudo, por um dilema ético. Alguns o resolvem adotando o caminho mais preguiçoso da “biografia romaneada”, em que se fica com o pior das biografias e com o pior das ficções.

Mesmo sabendo que produz uma obra literária — a biografia é um gênero literário —, o biógrafo não pode se esquivar da luta com seu biografado. Precisa enfrentá-lo. Coetzee faz isso quando observa que a lealdade é um tema tão forte na vida de Faulkner quanto em sua literatura. Surpreende-se, porém, com a

Coetzee arrisca um olhar singular sobre Faulkner e sua obra, sem esgotar a alma do escritor

lealdade extrema do escritor a uma “mulher gastadeira, parentes sem tostão, contratos desvantajosos com os estúdios”, defeitos que ele suportava com tenacidade — até em detrimento de sua arte —, e neles vê uma “lealdade enlouquecida, ou fidelidade enlouquecida”. Também Coetzee arrisca um olhar singular sobre Faulkner e sua obra, sem pretender, contudo, que suas observações esgotem a alma do escritor e seus livros.

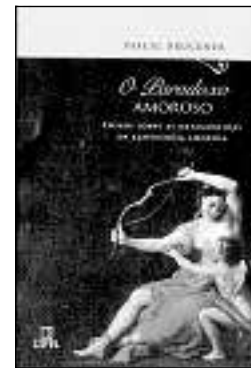
Pisa Coetzee, com grande delicadeza, na fronteira em que os biógrafos habitam. De um lado, o biógrafo deve cobiar a objetividade e a distância; de outro, não tem o direito de esconder a perspectiva particular com que observa, ordena e classifica seu objeto. De nada adianta fugir para o reino supostamente protegido da “biografia romaneada”; de nada serve, ao contrário, acreditar que os fatos — bem apurados, bem pesquisados, investigados “até o fim” — falarão por si. Fatos não falam por si; eles estão sempre mediados pela voz de um autor. A ética do biógrafo, portanto, não está na pretensão enlouquecida de capturar a alma do outro; mas também não está na desistência desse projeto. Parece estar entre os dois: buscar a vida objetiva sabendo que, sempre, resvalará na ficção; perseguir “toda a verdade” com a consciência de que, no fim, ficará apenas com partes muito frágeis dela.

Protesta Coetzee contra a tese de Frederick Karl segundo a qual os romances menos importantes de Faulkner trazem melhores revelações biográficas que seus grandes romances. Na arte da biografia, tanto a afirmação peremptória, quanto a negação peremptória, conduzem ao mesmo impasse. Uma coisa fundamental não falta ao J. M. Coetzee biógrafo: a delicadeza. Só com ela um biógrafo consegue se aproximar um pouco mais de seu biografado. Nem santificá-lo, nem destruí-lo. Não aprisioná-lo em uma suposta “história verdadeira”, mas também não dissolver sua vida na borra adocicada — e fatal — do “romance”.

Acariciar a face do biografado e envolvê-la em um olhar frágil e parcial, eis tudo o que um biógrafo pode fazer. A consciência desse precário limite é a ética do biógrafo. Resta lembrar, a propósito, a advertência de William Faulkner: “Todos nós malogramos quanto a alcançar nosso sonho de perfeição”.

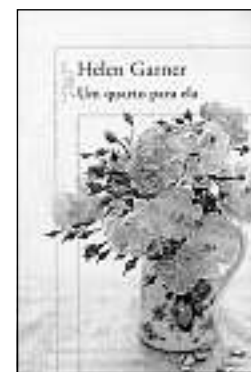
Email: josegcastello@gmail.com. Leia mais textos do colunista em www.oglobo.com.br/blogs/literatura

LANÇAMENTOS



O paradoxo amoroso, de Pascal Bruckner. Tradução de Rejane Janowitz. Editora Difel, 256 páginas • R\$ 39

• Romancista e ensaísta, o escritor francês apresenta nesta obra as diversas facetas do universo amoroso. A evolução do amor e as metamorfoses vividas ao longo dos séculos pelo casamento e pelo conceito de erotismo são alguns dos temas.



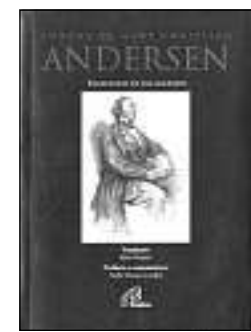
Um quarto para ela, de Helen Garner. Tradução de Rafael Mantovani. Editora Alfaguara, 152 páginas • R\$ 29,90

• Baseado numa experiência vivida pela própria autora — australiana vencedora de diversos prêmios em seu país — o romance conta a história de Helen, que hospeda em sua casa a amiga Nicola, gravemente debilitada por um câncer.



Futuros antropológicos — Redefinindo a cultura na era tecnológica, de Michael Fischer. Tradução de Luiz Fernando Dias Duarte. Editora Zahar, 296 páginas • R\$ 59

• Em seis ensaios que percorrem a obra de pensadores como Kant, Marx e Derrida, entre outros, Fischer mostra como as ciências humanas se atualizam para manter seu potencial analítico.



Contos de Hans Christian Andersen, com tradução de Silva Duarte, prefácio e comentários de Nelly Novaes Coelho. Editora Paulinas, 784 páginas • R\$ 87,90

• A Paulinas lança no Brasil a tradução portuguesa — feita pelo pesquisador Silva Duarte — de 80 contos do criador de obras-primas como “O patinho feio” e “O soldadinho de chumbo”.

[CIÊNCIAS SOCIAIS][CIÊNCIAS SOCIAIS][CIÊNCIAS SOCIAIS]

A antropologia corajosa de Franz Boas

Em obra centenária, um dos fundadores da disciplina ataca associação entre raça e cultura

A mente do ser humano primitivo, de Franz Boas.

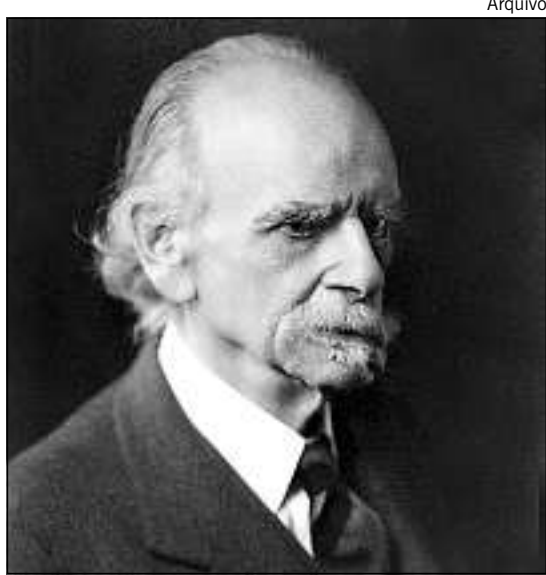
Tradução de José Carlos Pereira. Editora Vozes, 208 pgs. R\$ 38.

Celso Castro

É muito oportuno que esta importante obra de Franz Boas (1858-1942) seja publicada no Brasil no centenário de sua primeira edição. Lançado em 1911, o livro sintetizou toda a tradição da antropologia que Boas inaugurou nos Estados Unidos durante as duas décadas anteriores. A tradução, no entanto, foi apropriadamente feita a partir da edição de 1938, bastante revista e atualizada.

De forma clara e contundente, o pai fundador da moderna antropologia cultural ataca, com competência, os fundamentos de diversos determinismos aplicados ao estudo da cultura humana. Desmonta a ideia evolucionista que, inspirada na teoria da evolução biológica de Darwin e outros, estabelecia um paralelo entre evolução orgânica e evolução cultural, supondo a existência de uma série única e progressiva que englobaria todas as sociedades humanas, da mais simples à mais complexa — esta, sempre percebida como sendo a própria sociedade ocidental. Critica também o determinismo geográfico, então sintetizado pela antropogeografia, mostrando que as condições geográficas têm apenas o poder de modificar uma cultura, mas não determiná-la.

No mesmo sentido, critica a teoria do determinismo econômico da cultura, defendendo que as condições econômicas atuam sempre sobre uma cultura preexistente e que elas próprias dependem de outros as-



Arquivo

FRANZ BOAS:

antropólogo
desmonta a ideia evolucionista e critica o determinismo geográfico

pectos da cultura. Descarta como carente de fundamentação científica a aplicação de teorias psicanalíticas ao estudo das culturas, como Freud fez em “Totem e Tabu”, transferindo para uma suposta cultura primitiva interpretações construídas a partir de uma experiência europeia específica a determinado estrato social. Finalmente, critica também a ideia de que o ser humano primitivo pensaria de forma “pré-lógica” (como queria o filósofo Lévy-Bruhl), mostrando que as funções e os traços fundamentais da mente são os mesmos para toda a humanidade.

No lugar dessas determinações de diversas ordens, Boas instaura a predominância da ideia de cultura como um conjunto de elementos interdependentes, defende o relativismo como instrumento metodológico e incentiva a pesquisa de campo como forma privilegiada de obtenção de dados etnográficos confiáveis. Ele próprio, vale ressaltar, teve uma grande experiência como pesquisador entre esquimós e índios da costa

noroeste da América do Norte.

Mais importante, no entanto, é a crítica corajosa que Boas faz, no livro, da ideia de raça, ainda aceita por boa parte da ciência de então, mas, principalmente, disseminada através de preconceitos raciais pelo senso comum e transformada em elemento central de políticas de Estado discriminatórias e mesmo genocidas. Boas ataca a crescente onda de intolerância racial e de antissemitismo que grassava na Europa (principalmente em sua terra natal, a Alemanha) mas também nos Estados Unidos — e que ainda viria a alcançar, nos anos seguintes, níveis nunca antes vistos em tempos modernos. Pior ainda que o preconceito racial era, para Boas, “a sujeição da ciência ao preconceito ignorante existente em países dirigidos por ditadores.” Não foi à toa que seus livros foram queimados na Alemanha nazista.

Para Boas, o conceito de tipo racial é enganador e não se sustenta diante de argumentos científicos. Utilizando-se das pesquisas mais rigorosas feitas até então — vale lembrar que a

genética moderna, que viria a confirmar suas teses, ainda não havia surgido —, Boas ataca a crença generalizada de que raça e cultura estão intimamente associadas e que a origem racial determina a vida cultural. Em particular, ataca a visão de que a “raça branca” é superior às demais, mostrando que a base desse erro está no costume e em valores emocionais, carecendo de base científica. Mais ainda, defende que a miscigenação não é de forma alguma prejudicial nem leva à degeneração. Nas palavras de Boas, “apesar do recrudescimento da violenta oposição à mescla de raças na Alemanha, a história da humanidade não sofrerá retrocesso.” Essa visão, no Brasil dos anos 1930 teria em Gilberto Freyre seu grande defensor. No prefácio de Casa-Grande & Senzala (1933), Freyre diz que as ideias de Boas ajudaram-no a pensar de forma diferente sobre um dos grandes problemas nacionais, na perspectiva de sua geração — a questão da mestiçagem — e declara que ele foi “a figura de mestre de que me ficou até hoje maior impressão.”

Combate ao antissemitismo e a regimes autoritários

Contra a ideia de que aptidões inatas determinam o grau de civilização de cada raça, Boas defende que acontecimentos históricos e causas sociais e culturais é que estão na origem das diferenças observadas. Nesse sentido, defende “que, com uma experiência social semelhante, negros e brancos se comportam de maneira semelhante e que a raça está inteiramente subordinada ao marco cultural.” Mais que isso, dissolve a própria ideia de “unidade racial”, ao mostrar que elas são,

na realidade, compostas por linhagens familiares que são sempre muito variáveis e desiguais geneticamente, apesar da ficção de um tipo “médio” racial que, mesmo desacreditado cientificamente, persiste no senso comum. Segundo Boas, deve-se abandonar esse caminho e estudar a os diferentes tipos culturais que compõem a humanidade prescindindo da falsa ideia de raça.

Dono de uma cultura científica abrangente — da antropologia física à linguística, passando pelo estudo da cultura —, Boas foi também um corajoso combatente contra o preconceito, usando a razão como instrumento de luta. Para além das falácias científicas, não temeu atacar explicitamente também os totalitarismos contemporâneos do nazismo alemão, da Itália fascista e da União Soviética, bem como o antissemitismo: “no público não informado, ao qual infelizmente pertence um bom número de poderosos políticos europeus, o preconceito racial fez e ainda está fazendo progressos irrefreados.”

Como sabemos, essas palavras, em 1938, guardavam um presságio trágico. Apesar disso, é muito bom termos disponível, para os estudantes e leitores de hoje um livro que sintetiza o pensamento de um autor que defendia a pesquisa antropológica como forma de desenvolvermos uma tolerância muito maior do que a que se professava na época — visão que, sem dificuldade, ainda podemos ver como válida nos dias de hoje. ■

CELSONO CASTRO é antropólogo, professor e atual diretor do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Organizou o livro “Franz Boas — Antropologia Cultural” (Zahar)